

**ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA MTEL TECNOLOGIA S.A.**

Pelo presente instrumento, como emissora:

- I) **MTEL TECNOLOGIA S.A.**, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Avenida Ceci, nº 286, piso 1-2 e depósito 1, Centro Empresarial Tamboré, CEP 06460-120, cidade de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 71.738.132/0001-63, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.394.534, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (doravante denominada "Emissora");

e como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 2ª emissão pública de debêntures da Emissora (doravante denominados "Debenturistas");

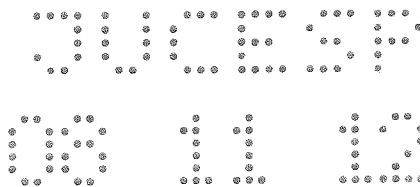
- II) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representado na forma de seu estatuto social (doravante denominado "Agente Fiduciário");

vêm, na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, em Série Única, com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Mtel Tecnologia S.A. (respectivamente, "Escritura", "Emissão" e "Debêntures"), que será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

**1. DA AUTORIZAÇÃO**

**1.1. Autorização**

A presente Escritura é celebrada com base na deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora, realizada em 28 de setembro de 2012, e registrada na JUCESP sob o nº 455.954/12-4, em 19/10/2012 ("AGE"), nos termos do art. 59 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações").



## 1.2. Poderes delegados à Diretoria

Foram delegados pela AGE à Diretoria da Emissora poderes para (i) tomar todas as providências necessárias à implementação da Emissão de Debêntures autorizada pela AGE; e (ii) praticar todos os demais atos e providências necessários à formalização das deliberações da AGE, inclusive os poderes para firmar ou aditar esta Escritura, contratos e outros instrumentos relativos à Emissão.

## 2. DOS REQUISITOS

A Emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1. **Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**

2.1.1. A distribuição pública das Debêntures desta Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM nº 476/09 ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o art. 19 da Lei n.º 6.385/76 ("Oferta Restrita").

2.1.2. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do §1º do art. 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

### 2.2. **Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata da AGE**

A ata da AGE que deliberou a Emissão encontra-se devidamente arquivada na JUCESP e foi publicada nesta data (i) no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e (ii) no jornal Diário do Comércio, como exige a Lei das Sociedades por Ações.

### 2.3. **Inscrição desta Escritura de Emissão**

A presente Escritura e eventuais aditamentos serão inscritos e registrados na JUCESP, de acordo com o art. 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.4. **Registro para Distribuição e Negociação**

2.4.1. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição pública com esforços restritos no mercado primário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"); e (ii) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. –

 2





Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

- 2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados, conforme disposto nos arts. 13 e 15 da Instrução CVM 476, e desde que a Emissora esteja em dia com o cumprimento das obrigações previstas no art. 17 da Instrução CVM 476.

## **2.5. Registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis perante o Cartório de Títulos e Documentos da Sede da Emissora**

Considerando a cessão fiduciária de recebíveis da Emissora constituída como garantia do fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis assinado entre a Emissora e o Agente Fiduciário nesta data ("Contrato de Cessão Fiduciária"), a Emissora deverá registrar a cessão fiduciária perante o Cartório de Títulos e Documentos localizado no endereço de sua sede.

## **3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **3.1. Número da Emissão**

A presente Emissão representa a 2ª (segunda) emissão para distribuição pública de debêntures da Emissora.

### **3.2. Valor Total da Emissão**

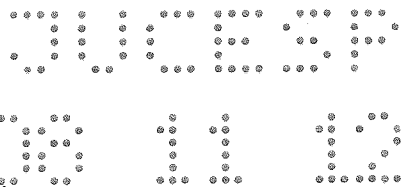
O valor total da Emissão será de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de Reais) na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").

### **3.3. Número de Séries**

A Emissão será realizada em série única.

### **3.4. Destinação de Recursos e Objeto Social da Emissora**

- 3.4.1. Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão serão destinados para reforço de capital de giro e outras atividades usuais da Emissora.
- 3.4.2. A Emissora tem como objeto social: (a) o comércio, a representação, a locação, a importação e a exportação de equipamentos, sistemas e softwares de telecomunicação e informática, bem como seus acessórios, partes e peças; (b) a prestação de serviços de projetos, consultoria, engenharia, suporte, gerenciamento,



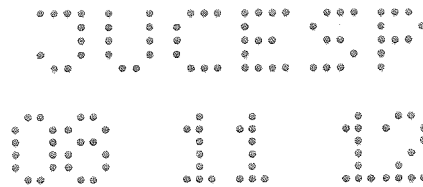
instalação, assistência técnica, manutenção e treinamento referente a equipamentos, sistemas e software de telecomunicação e informática; (c) a pesquisa e desenvolvimento referente a equipamentos, sistemas e software de telecomunicação e informática; (d) a prestação de serviços na área de telecomunicação; e (e) a participação no capital social de outras sociedades, tanto por quotas de responsabilidade limitada (inclusive SCPs) como por ações, ou ainda participação em consórcios, associações ou SPEs.

### 3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

- 3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, com a intermediação do **Banco Caixa Geral – Brasil S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, 960, 17º andar, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ sob o nº 33.466.988/0001-38, na qualidade de coordenador líder da Oferta Restrita (“Coordenador Líder”), em regime de melhores esforços de colocação, nos termos do “Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, em Série Única, com Garantia Real, em Regime de Melhores Esforços de Colocação, da 2ª Emissão da Mtel Tecnologia S.A.”, a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (“Contrato de Distribuição”).
- 3.5.2. O público alvo da Oferta Restrita consistirá de investidores qualificados, assim definidos nos termos do inciso IV do art. 109 da Instrução CVM nº 409/04, observado ainda o disposto no art. 4º da Instrução CVM 476 (“Investidores Qualificados”).
- 3.5.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa com todos os termos e condições da Emissão.
- 3.5.4. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização do preço das Debêntures no mercado secundário.

### 3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário da presente Emissão será o **Itaú Unibanco S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04 (“Banco Mandatário”) e o agente escriturador das Debêntures será a **Itaú Corretora de Valores S.A.**, instituição financeira, com



sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Agente Escriurador").

### **3.7. Imunidade de Debenturistas**

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores às datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

### **3.8. Garantia**

Em garantia do pontual e integral adimplemento de todas as obrigações, principais e acessórias, da Emissora previstas nesta Escritura, será constituída cessão fiduciária, nos termos da legislação aplicável, formalizada por meio do Contrato de Cessão Fiduciária, (i) dos créditos oriundos de contratos firmados pela Emissora, de acordo com os termos do Contrato de Cessão Fiduciária, em montante mínimo equivalente a 110% (cento e dez por cento) do saldo das obrigações assumidas pela Emissora no âmbito desta Escritura, cujos valores deverão ser depositados na conta bancária de titularidade da Emissora nº 13201-2, mantida na agência nº 8646 do Banco Itaú-Unibanco S.A.; e (ii) todos os direitos creditórios da Emissora sobre os referidos valores a serem depositados e mantidos em referida conta bancária, bem como quaisquer aplicações financeiras, incluindo cotas de fundo de investimento resultantes de aplicações dos recursos depositados na referida conta, observados os termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

## **4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

### **4.1. Data de Emissão das Debêntures**

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 13 de novembro de 2012 ("Data de Emissão").

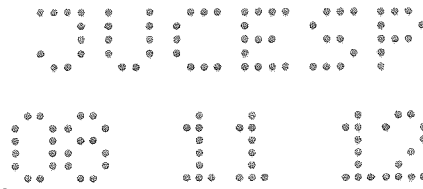
### **4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures e Correção Monetária**

4.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão, será de R\$100.000,00 (cem mil Reais).

4.2.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será corrigido ou atualizado por qualquer índice de correção monetária.

### **4.3. Quantidade de Debêntures**

Serão emitidas 200 (duzentas) Debêntures.



#### **4.4. Modalidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures**

- 4.4.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.
- 4.4.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome do titular da Debênture quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND.

#### **4.5. Espécie**

As Debêntures serão da espécie com garantia real.

#### **4.6. Preço e Forma de Subscrição e Integralização**

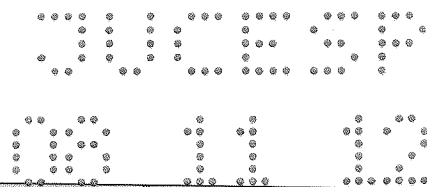
- 4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (definida abaixo), calculada *pro-rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de efetiva integralização das Debêntures, observado o disposto no art. 4º, inciso II, da Instrução CVM 476.
- 4.6.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação estabelecidas pela CETIP.

#### **4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento**

As Debêntures terão prazo de vigência de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 13 de novembro de 2015 ("Data de Vencimento").

#### **4.8. Amortização**

A amortização do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração será realizada em 36 (trinta e seis) parcelas mensais a partir do 1º (primeiro) mês contado da Data de Emissão, sendo devida a primeira parcela no dia 13 de dezembro de 2012 e assim sucessivamente ("Datas de Amortização"), conforme ilustrado no cronograma abaixo:



Datas de Amortização	Percentual do Valor da Emissão	Datas de Amortização	Percentual do Valor da Emissão
13/12/2012	2,7777%	13/06/2014	2,7777%
13/01/2013	2,7777%	13/07/2014	2,7777%
13/02/2013	2,7777%	13/08/2014	2,7777%
13/03/2013	2,7777%	13/09/2014	2,7777%
13/04/2013	2,7777%	13/10/2014	2,7777%
13/05/2013	2,7777%	13/11/2014	2,7777%
13/06/2013	2,7777%	13/12/2014	2,7777%
13/07/2013	2,7777%	13/01/2015	2,7777%
13/08/2013	2,7777%	13/02/2015	2,7777%
13/09/2013	2,7777%	13/03/2015	2,7777%
13/10/2013	2,7777%	13/04/2015	2,7777%
13/11/2013	2,7777%	13/05/2015	2,7777%
13/12/2013	2,7777%	13/06/2015	2,7777%
13/01/2014	2,7777%	13/07/2015	2,7777%
13/02/2014	2,7777%	13/08/2015	2,7777%
13/03/2014	2,7777%	13/09/2015	2,7777%
13/04/2014	2,7777%	13/10/2015	2,7777%
13/05/2014	2,7777%	13/11/2015	2,7805%

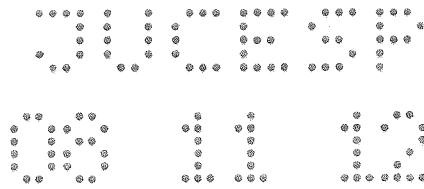
#### 4.9. Remuneração

4.9.1. Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 150,00% (cento e cinquenta por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de 1 (um) dia, denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP ("Taxa DI"), no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro-rata temporis*, por Dias Úteis decorridos desde a Data da Emissão até a respectiva Data de Amortização, observando-se o cronograma de pagamento descrito no item 4.8 acima ("Remuneração"), de acordo com a fórmula abaixo.

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

"J" corresponde ao Valor da Remuneração, devida nos termos do item 4.9.1 acima, calculada com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;



**“VNe”** corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso (conforme definição abaixo), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

**“FatorDI”** corresponde ao produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left[ 1 + \left( \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

onde:

**“k”** corresponde ao número de ordem das Taxas DI-Over, sendo “k” um número inteiro;

**“n”** corresponde ao número total de Taxas DI-Over consideradas em cada período de capitalização, sendo “n” um número inteiro;

**“p”** corresponde ao percentual a ser aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, correspondente a 150,00 (cento e cinquenta inteiros);

**“TDI<sub>k</sub>”** corresponde à Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

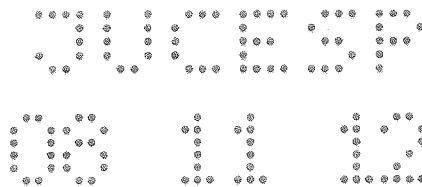
onde:

**“DI<sub>k</sub>”** corresponde à Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Observações:

1) O fator resultante da expressão  $\left[ 1 + \left( \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$  será considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.





2) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$  sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

3) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

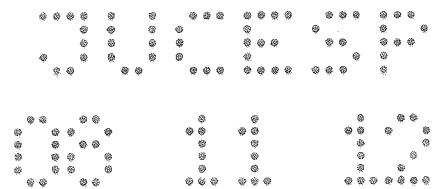
4) As Taxas DI deverão ser utilizadas considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.9.2. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures em Circulação ao final do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Pagamento da Remuneração.

4.9.3. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora previstas nesta Escritura não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de  $TDI_k$ , a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações tanto pela Emissora quanto pelos Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.9.4. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, na impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pela (i) taxa substituta determinada legalmente para tanto; ou (ii) em sua falta, pela taxa que for adotada pela CETIP como substituta da Taxa DI; ou (iii) em sua falta o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula Sétima desta Escritura e no art. 124, §1º, inciso "I", da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser aplicado, observada a regulamentação aplicável. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, será utilizado, para apuração de " $TDI_k$ ", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.5. Na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas prevista no item 4.9.4. acima ou, se instalada, não houver acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas titulares de Debêntures representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Taxa DI



deverá ser substituída pela taxa de juros média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais, apurados pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

- 4.9.6. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada a partir da respectiva data de divulgação será utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

#### **4.10. Repactuação**

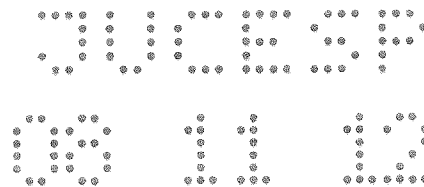
Não haverá repactuação das Debêntures.

#### **4.11. Resgate Antecipado Compulsório**

- 4.11.1. Caso a Emissora receba antecipadamente qualquer valor ( Valor Antecipado) a que faça jus nos termos dos contratos indicados no Contrato de Cessão Fiduciária e não proceda ao reforço de garantia conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária em até 15 (quinze) Dias Úteis contados a partir de referido recebimento, a Emissora promoverá o resgate antecipado compulsório de uma quantidade de Debêntures equivalente ao Valor Antecipado.
- 4.11.2. O Resgate Antecipado Compulsório das Debêntures, com seu consequente cancelamento, será realizado mediante rateio, conforme o disposto no parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir do encerramento do prazo para reforço da garantia previsto no item 4.11.1, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada com base no item 4.9 acima.
- 4.11.3. O Resgate Antecipado Compulsório será feito por meio dos procedimentos da CETIP e dependerá de publicação de aviso aos Debenturistas nos termos do item 4.17, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos da data de pagamento do resgate antecipado.

#### **4.12. Aquisição Facultativa**

A Emissora poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no §2º do art. 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir as Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) desde que (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculado *pro-rata temporis*, e (ii) observe as regras expedidas pela CVM, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração

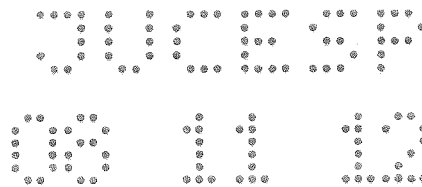


e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

#### **4.13. Vencimento Antecipado**

4.13.1. Na ocorrência de qualquer dos eventos listados abaixo, o Agente Fiduciário, mediante prévia deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”), deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir da Emissora o pagamento integral do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida *pro-rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento das Debêntures (“Evento de Inadimplemento”):

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária perante o titular desta Escritura não sanada em 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da inadimplência;
- (ii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada a esta Escritura ou ao Contrato de Cessão Fiduciária, não sanada no prazo de 30 (trinta) Dias Úteis do recebimento, pela Emissora, de aviso escrito do Agente Fiduciário informando sobre o descumprimento;
- (iii) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (iv) decretação de falência da Emissora ou pedido de autofalência;
- (v) requerimento de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial;
- (vi) transferência do controle societário da Emissora para um terceiro, exceto a transferência da participação dos atuais acionistas da Emissora para uma sociedade de participações (holding) ou um Fundo de Investimento em Participações (FIP) detidos pelos acionistas indiretos da Emissora;
- (vii) desligamento do atual diretor presidente da Emissora;
- (viii) inveracidade, incorreção ou descumprimento, em qualquer aspecto relevante, de quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura e dos demais documentos da Oferta Restrita;
- (ix) protesto de títulos emitidos pela Emissora em valor superior a (a) R\$10.000.000,00 (dez milhões de Reais), considerados individualmente; ou (b) R\$20.000.000,00 (vinte milhões de Reais), considerados conjuntamente, salvo se a Emissora comprovar, por meio de prova



documental, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da ciência do referido protesto que (1) o protesto foi realizado por terceiros de má-fé; (2) o protesto foi elidido no prazo legal; (3) o protesto foi cancelado; ou (4) foram prestadas e aceitas pelo Poder Judiciário garantias em juízo; e

- (x) transformação da Emissora em sociedade limitada. Na hipótese de declaração de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora deverá proceder ao pagamento aos Debenturistas no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos contados do recebimento, pela Emissora, de notificação de vencimento antecipado encaminhado pelo Agente Fiduciário.

4.13.2. A AGD de que trata o item 4.13.1 acima somente declarará vencidas antecipadamente as Debêntures mediante deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas presentes à AGD.

#### **4.14. Local de Pagamento**

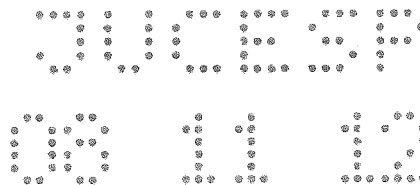
Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme seus procedimentos, ou, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio do Agente Escriturador das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à CETIP.

#### **4.15. Multa e Juros Moratórios**

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente atualizados pela Remuneração, ficarão sujeitos a (i) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.

#### **4.16. Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura até o primeiro Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriado, sábado ou domingo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Portanto, para os demais fins desta Escritura de Emissão, “Dia Útil” significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriados nacionais ou regionais em relação às Cidades de São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Barueri/SP.



#### **4.17. Publicidade**

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas e que decorram de exigência legal, deverão ser veiculados no (i) no DOESP e (ii) no jornal Diário do Comércio, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis da realização da publicação. As demais publicações que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, mas não decorrerem de exigência legal poderão apenas ser comunicadas ao Agente Fiduciário. A Emissora poderá alterar os jornais acima por jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído, observado o disposto no item 4.18 abaixo.

#### **4.18. Aditamento**

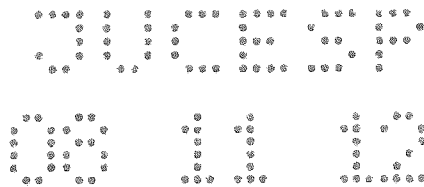
Quaisquer aditamentos a esta Escritura, previamente aprovados pela Assembleia Geral de Debenturistas, deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, e posteriormente arquivados na JUCESP.

### **5. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

#### **5.1. Obrigações Adicionais**

Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora assume as obrigações a seguir mencionadas:

- 5.1.1. fornecer ao Agente Fiduciário no prazo de até: (i) 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser justificadamente solicitados pelo Agente Fiduciário; (ii) 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva celebração, cópia do protocolo de apresentação desta Escritura e de seus eventuais aditamentos perante a JUCESP; (iii) 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva inscrição na JUCESP, uma via original desta Escritura e de seus eventuais aditamentos; (iv) 3 (três) Dias Úteis contados da data de ciência ou recebimento, conforme o caso, de informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento; e (v) no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar do encerramento do exercício social da Emissora, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício social então encerrado, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes devidamente registrados na CVM, acompanhada de declaração do representante legal da Emissora atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes nesta Escritura.



- 5.1.2. manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário perante o SND, arcando com os respectivos custos;
- 5.1.3. contratar e manter contratados, conforme aplicável, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário o Banco Mandatário e o Agente Escriturador, o sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário (SDT) e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND);
- 5.1.4. informar e enviar ao Agente Fiduciário o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme inciso XVII do artigo 12 da Instrução CVM nº 28/83, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
- 5.1.5. notificar em até 10 (dez) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

## **6. DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

### **6.1. Nomeação**

A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário da Emissão a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

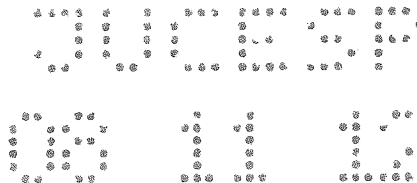
### **6.2. Declaração**

O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei, que:

- 6.2.1. não possui qualquer impedimento legal, conforme art. 66, §§1º e 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o art. 10 da Instrução CVM nº 28/83, e alterações posteriores, para exercer a função que lhe é conferida;
- 6.2.2. está ciente das disposições regulamentares aplicáveis expedidas pelo Banco Central do Brasil e pela CVM;
- 6.2.3. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

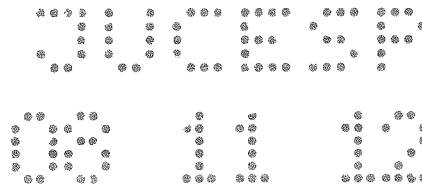




- 6.2.4. aceita integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- 6.2.5. é instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- 6.2.6. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- 6.2.7. está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- 6.2.8. esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- 6.2.9. a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- 6.2.10. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura.

### 6.3. Substituição

- 6.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia justificada em virtude de disposição de lei ou desta Escritura, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, a AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e de 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A substituição não implicará remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.
- 6.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.



- 6.3.3. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.
- 6.3.4. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá proporcionalmente ao período a ser transcorrido até integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro-rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.
- 6.3.5. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por ato(s) da CVM.

#### 6.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- 6.4.1. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 6.4.2. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- 6.4.3. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- 6.4.4. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- 6.4.5. verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as possíveis omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- 6.4.6. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;





- 6.4.7. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades, de que venha a ter conhecimento, constantes de tais informações;
- 6.4.8. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- 6.4.9. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- 6.4.10. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- 6.4.11. convocar, quando necessário, AGDs, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 4.17 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- 6.4.12. comparecer às AGDs a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- 6.4.13. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do art. 68, §1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
  - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - e) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e

DEBENTURISTAS

DEBENTURISTAS

h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.

6.4.14. disponibilizar o relatório de que trata o item acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- a) na sede da Emissora;
- b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado; e
- c) na CVM.

6.4.15. publicar, nos órgãos da imprensa referidos no item 4.17 acima, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o item 6.4.13 acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;

6.4.16. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste item, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Agente Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

6.4.17. coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas, de acordo com o previsto nesta Escritura;

6.4.18. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura;

6.4.19. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de até 10 (dez) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento de qualquer Evento de Inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;

6.4.20. acompanhar a ocorrência de quaisquer Eventos de Inadimplemento e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos não sanados no prazo previsto; e



CECISA

CECISA

6.4.21. calcular, em conjunto com a Emissora a Remuneração das Debêntures e divulgá-lo aos Debenturistas ou à CETIP sempre que solicitado.

6.4.22. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as atribuições que lhe são outorgadas pela regulamentação aplicável e as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das suas atribuições legais e, nesse sentido, das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.4.23. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

6.4.24. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD.

## 6.5. Atribuições Específicas

6.5.1. O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- a) declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e



DEBENTURISTAS

em nome de

c) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

6.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "b" e "c" do item acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação dos detentores de 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" do caput deste item.

## 6.6. Remuneração do Agente Fiduciário

6.6.1. A título de honorários pelos serviços previstos na presente Escritura, serão devidas ao Agente Fiduciário parcelas anuais no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data da assinatura da Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes, até o resgate total das Debêntures. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

6.6.2. A remuneração não inclui as seguintes despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora desde que acompanhadas dos respectivos comprovantes: publicações em geral, notificações, extração de certidões, viagens e estadias, despesas com *conference call* e contatos telefônicos, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

6.6.3. Os valores descritos acima serão acrescidos dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração da Pentágono, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.6.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

6.6.5. Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e

30.05.20

09:14:12

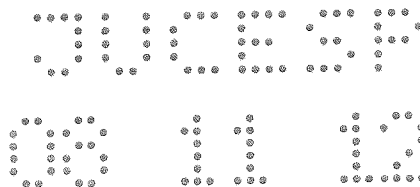
adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

- 6.6.6. Em caso de mora no pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito atualizado pelo IGP-M/FGV, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.
- 6.6.7. As parcelas citadas no item 6.6.1 supra serão reajustadas a cada 12 (doze) meses pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro-rata die*, se necessário.
- 6.6.8. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

## **7. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

### **7.1. Convocação**

- 7.1.1. Com base no art. 124, §1º, inciso "I", da Lei das Sociedades por Ações e exceto se de outra forma previsto nesta Escritura, a AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.
- 7.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei de Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.



## 7.2. Quórum de Instalação

- 7.2.1. A AGD se instalará, em 1ª convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.
- 7.2.2. Para os efeitos da presente Escritura, consideram-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

## 7.3. Mesa diretora

A presidência ou a secretaria da AGD caberá ao representante do Agente Fiduciário presente na referida assembleia, devendo o outro assento da mesa diretora da AGD ser ocupado entre os titulares das Debêntures ou por aquele que for designado pela CVM.

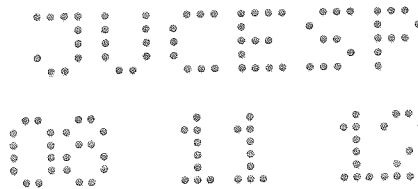
## 7.4. Quórum de Deliberação

Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelos quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura, as alterações nas características e condições das Debêntures e/ou da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas presentes à AGD.

## 8. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- 8.1.1. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- 8.1.2. a celebração desta Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte;
- 8.1.3. a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora; e
- 8.1.4. esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições.



## 9. DISPOSIÇÕES GERAIS

### 9.1. Comunicações

As comunicações ou notificações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

#### 9.1.1. Emissora:

**Mtel Tecnologia S.A.**

Avenida Ceci, 286, piso 1, 2 e depósito 1, Centro Empresarial Tamboré  
CEP 06460-120 – Barueri/SP

At. Diretor Financeiro

Fax: (11) 4134-8050

E-mail: [francisco.barbosa@mtel.com.br](mailto:francisco.barbosa@mtel.com.br)

com cópia para:

**Candido, Martins & Galizzi Advogados**

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, 110, cj 63

CEP 04542-000 – São Paulo/SP

At. Alamy Candido de Paula Filho e Gustavo Oliva Galizzi

Fax: (11) 5545-4010 – ramal 21

E-mail: [alamy@cmglaw.com.br](mailto:alamy@cmglaw.com.br) / [gustavo@cmglaw.com.br](mailto:gustavo@cmglaw.com.br)

#### 9.1.2. Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ

CEP 22640-102

At. Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro) / Srtª. Nathalia Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação)

Fax (21) 3385-4046

E-mail: [backoffice@pentagonotruster.com.br](mailto:backoffice@pentagonotruster.com.br) / [juridico@pentagonotruster.com.br](mailto:juridico@pentagonotruster.com.br)

#### 9.1.3. Banco Mandatário:

**Itaú Unibanco S.A.**

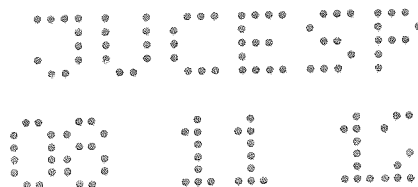
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100

CEP 04344-902 – São Paulo/SP

At. Cláudia Vasconcellos

Fax: (11) 5529-1920

E-mail: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)



#### 9.1.4. Agente Escriturador:

##### **Itaú Corretora de Valores S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar

CEP 04538-132 – São Paulo/SP

At. Cláudia Vasconcellos

Fax: (11) 5529-1920

E-mail: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)

#### 9.1.5. CETIP:

##### **CETIP S.A. – Mercados Organizados**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP 01452-002 – São Paulo/SP

At. Gerência de Valores Mobiliários

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: [gr.debentures@cetip.com.br](mailto:gr.debentures@cetip.com.br)

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas mediante protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por correio eletrônico nos endereços acima. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os originais dos documentos enviados por fax ou correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

#### 9.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

#### 9.3. Lei Aplicável

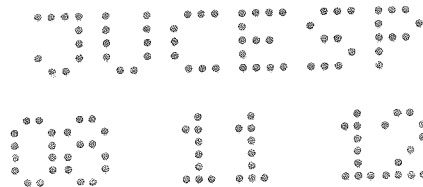
Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be a stylized 'A' or similar character.

A small handwritten mark or signature in blue ink, possibly a stylized 'P' or 'R'.

A small handwritten mark or signature in blue ink, possibly a stylized 'P' or 'R'.





#### 9.4. Foro

Fica eleito o foro central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 25 de outubro de 2012.

*(As assinaturas seguem nas páginas seguintes)*

Duas assinaturas manuscritas em tinta preta, uma acima da outra, localizadas no lado direito da página.

Uma assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.

000000

09 10 12

Página 1/3 de assinaturas da Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, em Série Única, com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Mtel Tecnologia S.A.

**MTEL TECNOLOGIA S.A.**

Nome: MAURICIO ALMEIDA BLANCO

Cargo: PRESIDENTE

Nome:

Cargo:

Francisco Barbosa Filho  
Dir. Adm. Financeiro

1º Tabelião de Notas e Protesto de Letras e Títulos de Barueri  
Comarca de Barueri - Estado de São Paulo  
Ubiratan Pereira Guimarães - Tabelião

RECONHECIDO por semelhança 2 firma(s) de:  
FRANCISCO BARBOSA FILHO E MAURICIO ALMEIDA BLANCO\*\*  
BARUERI, 26/10/2012. Em test. da Verdade.

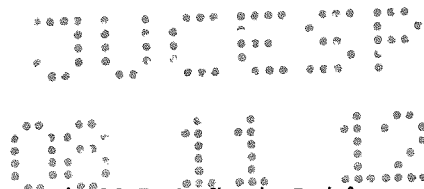
Escrevente Autorizado  
Emolumentos: R\$ 12,00 - COM VALOR - Impressão: 4021336  
\*\*VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE\*\*  
Selo(s): 411524-00\*\*\*\*\*  
Cod. Segurança: 466042155498641

0107AA411524

Alameda Gugué, 279 - Alphaville - Barueri - SP - Cep 06454-050 - RDoc/Fax 11 4166.7777 - www.tabeliaoelbarueri.com.br

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Cargo: DIRETOR



Página 3/3 de assinaturas da Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, em Série Única, com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Mtel Tecnologia S.A.

### Testemunhas

Viviane Sartori

Nome: **Viviane Sartori**  
RG 24.115.298-7/SSP-SP  
CPF 163.603.358-08  
CPF:

Renata Franco de Lima

Nome: **Renata Franco de Lima**  
RG: 28.171.630-4-SSP/SP  
CPF: 298.870.288-86



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO  
DE SÃO PAULO  
DEBÊNTURE  
CERTIFICO O REGISTRO  
SOB O NÚMERO GISELA SIMTEMA CESCHIN  
SECRETÁRIA GERAL

ED001037-6/000



JUCESP

*Handwritten mark*